

BELMOND BRASIL HOTÉIS S.A.

CNPJ nº 32.579.013/0001-53

Relatório da Diretoria: Srs. Acionistas: Cumprindo disposições Legais e Estatutárias, vimos apresentar o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/24 e 2023. Colocamo-nos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Diretoria.

Balanço patrimonial em 31/12/24 e 2023 (Em MRS)			
Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	56.303	20.458
Contas a receber de clientes	4	13.380	13.611
Contas a receber - Partes relacionadas	16	154	103
Estoque	5	2.224	1.119
Despesas antecipadas		1.052	1.214
Dividendos a receber		3.845	4.336
Outros créditos		1.571	724
Total ativo circulante		78.532	42.225
Não circulante			
Contas a receber - Partes relacionadas	16	3.782	3.655
Créditos	14	14.925	12.369
Investimentos	8	27.894	30.808
Imobilizado	8	27.894	30.808
Intangível		105	108
Direito de uso - Arrendamento mercantil	10	71.646	94.518
Ativo fiscal diferido		419	559
Total do ativo não circulante		119.015	142.017
Total do ativo		197.547	184.242
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		2.861	2.490
Salários e encargos sociais	11	5.614	5.213
Impostos a recolher	12	1.852	1.343
Receita diferida	13	10.081	6.907
Fornecedores - Partes relacionadas	16	792	44
Mútuos - Partes relacionadas	16	-	2.680
Arrendamento mercantil	10	27.221	26.329
Outras contas a pagar		1.873	1.486
Total passivo circulante		50.294	46.472
Não circulante			
Mútuos - Partes relacionadas	16	-	919
Outras provisões	15	124.726	108.983
Receita diferida	13	4	226
Provisão para contingências	14	6.875	1.308
Arrendamento mercantil	10	58.820	83.328
Total do passivo não circulante		190.421	194.764
Total do passivo		240.715	241.236
Passivo a descoberto			
Capital social	17	10.952	10.952
Reserva de lucros		2.775	2.775
Prejuízos acumulados		(56.895)	(70.721)
Total do passivo a descoberto		(43.168)	(56.994)
Total do passivo e passivo a descoberto		197.547	184.242

Notas explicativas: 1. Informações Gerais: 1.1. Contexto operacional: A Belmont Brasil Hotéis S.A. ("Cia.") é uma S.A. de capital fechado, que opera como empresa hoteleira, explorando meios de hospedagem em, principalmente, gerenciando meios de hospedagem de terceiros. Restaurantes, Bares, serviços de buffet e eventos e recepções, serviços de catering, lavanderia e atividades de estética, bem-estar e atividades físicas bem como participando de empreendimentos imobiliários envolvendo hotéis e resorts de alto luxo. A Cia. tem sede na Av. Nossa Sra. de Copacabana, 327 – Sobrelaje parte, Copacabana, RJ e filial na Rod. BR 469, KM 32, Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu, Paraná. Atualmente, a Cia. explora o Belmont Hotel das Cataratas (Hotel das Cataratas) localizada dentro do Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu, nos termos de contrato de arrendamento firmado com a União Federal. O contrato de arrendamento do Hotel das Cataratas tem duração de 20 anos a contar de 25/09/07. **1.2. Pressuposto de continuidade operacional:** As Dfs. foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Cia. conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos. Em 31/12/24, a Cia. apresentou: (i) capital circulante líquido positivo, no montante de R\$ 28.239 (2023 - R\$ 5.214); (ii) lucro do exercício, no montante de R\$ 13.826 frente a um prejuízo em 2023 de R\$ 25.871; e (iii) passivo a descoberto, no montante de R\$ 43.168 (2023 - R\$ 56.994). A administração acredita na continuidade de suas operações e tem como base sua sólida história de crescimento e de desenvolvimento assertivas, aliada a experiência no segmento hoteleiro de luxo. Para tanto vem também trabalhando em seu plano de negócios com uma estratégia de vendas para buscar um aumento da ocupação. Em conjunto a isso a Administração frequentemente avalia retrospectivamente seu fluxo de caixa histórico e prospectivamente seu fluxo de caixa projetado. **2. Políticas contábeis: 2.1. Base de preparação:** As Dfs. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exigidas por pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e interpretações "IFRIC", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Dfs. e somente elas, as quais estão consistentes com as práticas contábeis da administração na sua gestão. As Dfs. foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de Dfs. requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Dfs., estão divulgadas a seguir: **2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** elaboração das Dfs. em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de ativos e passivos e de receitas e despesas. As estimativas são elaboradas assumindo-se a continuidade dos negócios e definidas com base nas informações disponíveis. Mudanças nos fatos e nas circunstâncias podem fazer com que as estimativas sejam revistas e os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os principais julgamentos são apresentados a seguir: **• Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment):** para determinar os valores recuperáveis dos ativos não circulantes avaliados nos testes de recuperabilidade, é necessário estimar os valores justos de reposição, líquidos dos custos de venda, ou dos valores em uso. Para a avaliação do valor recuperável em uso é necessário adotar premissas relativas aos fluxos de caixa operacionais e outras premissas macroeconômicas tais como taxas de desconto, inflação, câmbio, outras; **• Impostos diferidos:** para o reconhecimento dos ativos fiscais diferidos, a administração avalia o lucro tributável futuro, utilizando-se premissas tais como taxas de desconto, inflação, câmbio, crescimento de mercado e outras variáveis; **• Provisões para contingências:** os litígios, as reclamações e processos administrativos a que está exposta a Cia. são avaliados e monitorados pelo departamento jurídico. Em diversas situações, o departamento jurídico da Cia. é assessorado por consultores jurídicos especialistas externos que consubstanciam a posição da Administração na constituição ou não de suas provisões para demandas judiciais e processos administrativos. **2.3. Conversão de moeda estrangeira: (i) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas Dfs. da Cia. são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cia. atua ("a moeda funcional"). As Dfs. estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Cia.. (ii) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica de "Resultado financeiro". Os ganhos e as perdas cambiais relacionados à caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas)", líquidos. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são compostos por montantes em dinheiro, depósitos em conta corrente bancária e aplicações financeiras de liquidez imediata não sujeitas a alterações de valor significativas. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros fins. **2.5. Instrumentos financeiros: (i) Classificação:** A Cia. classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: **• Mensurados ao custo amortizado:** Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado), quando aplicável. A classificação depende do modelo de negócio para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Em 31/12/24 e 2023, os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado. (ii) **Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Cia. se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Cia. tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. (iii) **Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Cia. mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos mensurados ao custo amortizado são os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. (iv) **Impairment de ativos financeiros:** A Cia. avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Cia. aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. (v) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O curso legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.6. Estoques:** Os estoques são reconhecidos pelo menor valor entre o valor de custo ou de realização. O custo é determinado pelo método da média ponderada e inclui os gastos incorridos na aquisição dos estoques, e custos de produção ou conversão. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzidos os custos estimados de conclusão e as despesas de venda. Caso seja identificado a necessidade de redução ao valor de realização uma provisão é constituída. **2.7. Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Cia. questiona a legitimidade de determinados passivos ou de ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, em alguns casos os valores em questão são depositados em juízo, sem que haja o reconhecimento do pedido ou a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não há a possibilidade de resgate dos depósitos

Demonstração dos resultados em 31/12/24 e 2023 (Em MRS)			
	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	18	155.128	140.857
Custos de serviços e produtos vendidos	19	(56.373)	(47.717)
Lucro bruto		98.755	93.140
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	19	(73.963)	(64.962)
Com vendas	19	(2.407)	(2.711)
Outras receitas, líquidas	19	54	112
Resultado de equivalência patrimonial	19	10.056	6.552
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		32.495	32.131
Receitas financeiras	20	1.580	3.594
Despesas financeiras	20	(16.637)	(9.912)
Resultado financeiro, líquido		(15.057)	(6.365)
IR e contribuição social corrente			
Corrente	6	(3.612)	(875)
Diferido		(4.284)	(875)
Lucro do exercício		(13.826)	(25.871)

Demonstração dos resultados abrangentes em 31/12/24 e 2023 (Em MRS)			
	Nota	2024	2023
Lucro do exercício		(13.826)	(25.871)
Resultado abrangente do exercício		(13.826)	(25.871)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto) em 31/12/24 e 2023 (Em MRS)			
	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		
	Capital social	Reserva de lucros acumulados	Prejuízos acumulados a descoberto
Em 31/12/22	10.952	2.775	(96.592)
Lucro do exercício	-	-	25.871
Em 31/12/23	10.952	2.775	(70.721)
Lucro do exercício	-	-	13.826
Em 31/12/24	10.952	2.775	(56.895)

realizados, a menos que ocorra um desfecho favorável da questão para a Cia. (decisão judicial ou administrativa transitada em julgado ou acordo judicial ou extrajudicial homologado em juízo). Tais depósitos são atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante. **2.8. Investimentos:** Os investimentos da Cia. em suas controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial, para fins de Dfs. da controladora. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Cia. exerça influência significativa. Com base no método de equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas, controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas inicialmente no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada, controlada em conjunto ou coligada. (i) Participação societária nos investimentos:

Nome	Negócio	Relacionamento	Participação
Companhia Hotéis Palace (*)	Hoteleira e restaurantes	Coligada	8,98%
Iguaçu Experiences	Organização, o fornecimento e a intermediação remunerada de fornecedores e consumidores, de serviços turísticos	Controlada	98,57%
Signature Boutique	Comércio, importação e exportação de artigos e acessórios do vestuário em geral, jóias, pedras preciosas e semipreciosas, bijuterias, artigos para presentes em geral, produtos de tabacaria e de higiene e beleza, cosméticos e perfumes	Coligada	2%
Robisi Empreendimentos e Participações	Participações, tendo por objeto exclusivo a realização de um empreendimento imobiliário na propriedade denominada "Azeda/Azedinha", localizada no Município de Armação dos Búzios, consistindo de um hotel e um vila de casas para comercialização	Joint Venture	50%

(*) A administração entende que existe influência significativa da Belmont Brasil Hotéis na Cia. Hotéis Palace, pois as empresas têm o mesmo acionista e as pessoas-chaves da administração das empresas são as mesmas.

2.9. Imobilizado: A depreciação dos itens do ativo imobilizado é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. Os ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou pelo menor período entre a vida útil do bem e o prazo do contrato, se aplicável, conforme os termos dos contratos de arrendamento em questão. Terrenos não são depreciados. A depreciação dos itens do ativo imobilizado é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são determinados pelo método de custo líquido financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As taxas de depreciação de acordo com as vidas úteis do ativo imobilizado estimadas para o período corrente e comparativo são os seguintes: **Grupo do ativo imobilizado** % a.a.
Edifícios e construções 4%
Máquinas e equipamentos 10%
Equipamentos de informática 20%
Móveis e utensílios 10%
Benefiteiras e Melhorias 5% (*)
Veículos 20%

(*) A depreciação em Benefiteiras em propriedade arrendada (Hotel das Cataratas) é calculada pelo prazo de arrendamento do contrato, 20 anos a contar da data de assinatura do contrato em 25/09/07. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Os juros de empréstimos para financiamento de projetos de construção, incorridos durante as fases de construção, são capitalizados como custos do projeto. O custo histórico dos ativos é classificado em categorias específicas de custo com base em suas características próprias. Cada categoria de custo representa um componente com vida útil específica. As vidas úteis são examinadas regularmente e, se houver mudanças relevantes nas estimativas, estas serão alteradas prospectivamente. O reconhecimento do custo de substituição de uma peça de um item do imobilizado é incluído no valor contábil do item se for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados à peça fluirão para a Cia. e se o custo puder ser mensurado com segurança. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos nas demonstrações do resultado à medida que são incorridos. Despesas de depreciação são registradas em "Custo dos produtos vendidos", e "Despesas comerciais, gerais e administrativas", dependendo da função dos ativos não circulantes correspondentes. **2.10. Ativos intangíveis:** A Cia. possui ativos intangíveis de vida útil definida que compreendem basicamente softwares e marcas e patentes. Ativos intangíveis são amortizados pelo método linear com base em suas vidas úteis, que variam de três a cinco anos. Despesas de amortização são registradas em "Custo dos produtos vendidos", "Despesas comerciais, gerais e administrativas", dependendo da função dos ativos não circulantes correspondentes.

2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes: A Administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Adicionalmente, a Administração revisa se há indicação de que perda por desvalorização reconhecida em exercícios anteriores possa ter diminuído ou possa não mais existir. A Administração considera as seguintes indicações: (a) Se há indicações observáveis de que o valor do ativo tenha aumentado significativamente durante o exercício; (b) Mudanças significativas, com efeito favorável sobre a Cia., tenham ocorrido durante o exercício, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual ela opera ou no mercado para o qual o ativo é destinado; (c) As taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos tenham diminuído durante o exercício, e essas diminuições positivamente tenham afetado a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso do ativo e aumentado seu valor recuperável materialmente; (d) Mudanças significativas, com efeito favorável sobre a Cia., tenham ocorrido durante o exercício, ou se espera que ocorram em futuro próximo, na extensão ou na maneira por meio da qual o ativo é utilizado ou se espera que seja utilizado. Essas mudanças incluem custos incorridos durante o exercício para melhorar ou aprimorar o desempenho do ativo ou para reestruturar a operação à qual o ativo pertence; (e) Há evidência disponível advinda dos relacionamentos internos que indica que o desempenho econômico do ativo é ou será melhor do que o esperado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa definidas pela Cia. pelo "valor em uso" estão detalhadas na nota explicativa nº 9. **2.12. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.13. Adiantamento de clientes:** Adiantamentos de clientes - Representam depósitos efetuados por hóspedes e clientes para confirmação de reservas, diárias de hospedagem e eventos nos salões de confraternização. Esses saldos são revertidos quando do reconhecimento da receita ou da devolução ao depositante. **2.14. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/24 e 2023 (Em MRS)			
	2024	2023	
Fluxo de caixa - atividades operacionais	2024	2023	
Lucro do exercício	(13.826)	25.871	
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	9.142	7.703	
Equivalência patrimonial e provisão para perda de investimentos	(10.056)	(6.552)	
Outras provisões - Contrato de Arrendamento	15.743	5.115	
Juros e variação cambial	1.672	(481)	
Provisão (Reversão) de contingências, PECLD e outras IR/CSL Diferidos	2.683	254	
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber	188	(2.020)	
Estoques	(508)	133	
Transações com partes relacionadas	493	(377)	
Outros créditos e despesas antecipadas	87	(630)	
Fornecedores	371	(472)	
Impostos a recolher	509	586	
Salários e encargos sociais	650	1.469	
Adiantamento de clientes	2.948	2.513	
Outras obrigações e contas a pagar	(367)	906	
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais	37.381	34.018	
Fluxo de caixa - atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(6.085)	(5.919)	
Dividendos recebidos	8.127	1.138	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	2.042	(4.781)	
Fluxo de caixa - atividades de financiamento			
relacionadas ou (pagamento) de mútuos com partes relacionadas	(3.578)	(20.176)	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(3.578)	(20.176)	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	35.845	9.061	
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	20.458	11.397	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	35.845	9.061	
No fim do exercício	56.303	20.458	

Juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Cia. tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Cia. e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.15. IR e contribuição social - corrente e diferido:** As despesas com IR e contribuição social compõem os impostos correntes e diferidos. As despesas com IR e contribuição social são reconhecidas nas demonstrações do resultado, exceto no caso de se relacionarem aos itens reconhecidos diretamente no patrimônio, caso em que são reconhecidas no patrimônio. Os impostos correntes são impostos a recuperar ou a pagar para as autoridades fiscais. Os impostos correntes e diferidos são mensurados considerando as alíquotas promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados se houver um direito legalmente executável de compensação de ativos e passivos fiscais e se eles se referirem ao IR e à contribuição social cobrados da mesma entidade pela mesma autoridade fiscal. Os impostos diferidos passivos são gerados por diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e as bases fiscais. O ativo fiscal diferido é reconhecido para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para compensação de diferenças temporárias. Os ativos fiscais diferidos são analisados na data do balanço e reduzidos na medida em que não for mais provável que os benefícios fiscais relacionados serão realizados. **2.16. Provisões para contingências:** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Cia. tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidações é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, na linha de outras receitas e despesas operacionais, pelo seu valor histórico de principal, e no resultado financeiro a atualização do valor histórico de principal até a data do balanço. A Cia. é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.17. Patrimônio líquido: Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Quando a Cia. compra ações do capital da Cia. (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do IR), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Cia. até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do IR e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Cia. **2.18. Reconhecimento de receita:** A receita líquida representa o valor dos produtos e dos serviços vendidos pela Cia. em suas atividades normais, após deduções de vendas e impostos. A receita líquida de vendas de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações e é reconhecida quando todas as seguintes condições são satisfeitas: **•** São transferidos ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos. **•** Não há envolvimento contínuo da Cia. na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos. **•** O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. **•** É provável que os benefícios econômicos sejam associados à transação. **•** Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. Mais resumidamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida de vendas conforme essas são reconhecidas. **2.19. Normas novas e alteradas no exercício corrente:** Normas novas ou revisadas aplicadas pela primeira vez em 2024

BELMOND BRASIL HOTÉIS S.A.

CNPJ nº 32.579.013/0001-53

(ii) A Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") é calculada de acordo com a expectativa futura de recebimento das duplicatas a receber e leva em consideração as garantias reais recebidas. O impacto referente à provisão da PECLD no resultado do exercício findo em 31/12/24 foi de R\$ 44 (2023 - R\$ (2)), sendo reconhecido esses impactos em despesas comerciais e administrativas. Segue abaixo a composição dos saldos vencidos e a vencer de clientes:

Saldo vencido e com perda por redução ao valor recuperável	
2024	A vencer 0 - 90 dias 90 - 180 dias > 180 dias
Contas a receber	13.739 13.380
PECLD	(359) - (359)
13.380	13.380

Saldo vencido e com perda por redução ao valor recuperável	
2023	A vencer 0 - 90 dias 90 - 180 dias > 180 dias
Contas a receber	13.926 13.611
PECLD	(315) - (315)
13.611	13.611

Saldo em 31/12/23 (315)
Constituição de provisão (44)
Reversão de provisão (359)
Saldo em 31/12/24 (359)

5. Estoques

2024	2023
Bebidas	968 752
Alimentos	853 565
Outros (material de limpeza, artigo para clientes etc.)	406 402
Total	2.227 1.719

6. IR e contribuição social diferido: Os saldos ativos do IR e contribuição social diferidos são calculados com base na respectiva alíquota efetiva sobre adições temporárias de provisões para a sua realização futura dentro de 3 anos, conforme política contábil da Cia.. Em 31/12/24, os prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social acumulados totalizavam R\$ 77.668 e R\$ 74.042, respectivamente (2023 - R\$ 79.381 e R\$ 75.665, respectivamente) sem prazo de prescrição para fins de compensação, limitada a 30% do lucro tributável do exercício que houver compensação. Durante o exercício de 31/12/24, a administração da Cia. decidiu pela não constituição dos impostos diferidos sobre o prejuízo fiscal em função de não haver projeção de geração de resultado tributável suficiente para absorver todo o crédito nos próximos 3 exercícios. **Reconciliação da receita (Despesa) de IR e da contribuição social**

2024	2023
Resultado antes do IR e Contribuição Social	17.438 26.746
IR e CS a taxa nominal (34%)	(5.929) (9.094)
Diferenças permanentes	(756) (781)
Constituição de impostos diferidos referentes a provisões e prejuízos de exercícios anteriores	672 -
Compensação de prejuízo fiscal	574 2.942
Alíquota Zero PERSE - IRPJ e CSLL (i)	1.827 6.058
IR e contribuição social do exercício	(3.612) (875)
IR e contribuição social corrente	(4.284) (875)
IR e contribuição social diferido	672 -
Despesa IRPJ e CSLL no resultado	(3.612) (875)

Impostos reduzidos alíquota zero conforme Lei 14.148/21 (PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) a partir de março de 2022. Em 22/05/24, a Lei 14.859, trouxe alterações no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE) em que as empresas que optassem em aderir ao benefício citado, não poderiam fazer uso do prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição social. Essas novas regras impactaram o ano de 2024. **7. Investimentos:** A seguir são apresentados os investimentos da Cia.:

Nome da investida	% Participação
Cia. Hotéis Palace ("CHP") - Coligada	8,98%
Robisi Empreendimentos e Participações S.A. ("Robisi")	50,00%
Signature Boutique	2%
Iguassu Experiences	98,57%

A seguir é apresentada a movimentação dos investimentos:

	CHP	Outros	Total
Em 31/12/22	9.471	69	9.540
Equivalência patrimonial	5.321	1.433	6.754
Dividendos	(2.493)	(1.433)	(3.926)
Integralização de investimento (i)	12.299	70	12.369
Em 31/12/23	8.325	1.867	10.192
Equivalência patrimonial	(5.769)	(1.867)	(7.636)
Dividendos	14.855	70	14.925
Em 31/12/24	14.855	70	14.925

Posição patrimonial-financeira dos Investimentos

	CHP		Outros		Total investidas	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ativo	258.936	216.468	2.861	2.204	261.797	218.672
Passivo	93.430	79.446	896	681	94.326	80.127
Patrimônio líquido	165.506	137.022	1.965	1.523	167.471	138.545
Receita	319.318	268.063	9.108	8.397	328.426	276.460
Custo	(115.865)	(100.247)	(5.440)	(5.391)	(121.305)	(105.638)
Despesa	(110.792)	(108.532)	(1.774)	(1.553)	(112.474)	(110.085)
Resultado	92.761	59.284	1.894	1.453	94.647	60.737

(i) Em 2023 a Cia. integralizou capital na empresa Signature Boutique Ltda..
(ii) O valor da equivalência sobre o patrimônio líquido da Robisi está sendo apresentado de forma líquida no contas a receber com a empresa citada.

8. Imobilizado

	Edifícios, construídos e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Móveis e utensílios e outros	Obras em andamento e adiantamentos	Total
Custo:						
Em 31/12/22	65.851	10.995	10.888	1.412	89.146	89.146
Adições	1.014	2.791	2.749	1.826	8.380	8.380
Baixas	(43)	(229)	(334)	(2.492)	(3.098)	(3.098)
Em 31/12/23	66.822	13.557	13.303	746	94.428	94.428
Adições	672	1.850	610	2.906	6.038	6.038
Baixas	(185)	(570)	(547)	(1.302)	(2.604)	(2.604)
Transferências	366	49	831	(1.246)	607	607
Em 31/12/24	67.675	14.886	14.197	2.406	99.164	99.164

Depreciação:

Em 31/12/22	(43.595)	(6.214)	(6.913)	-	(56.722)
Despesa de depreciação no exercício	(4.629)	(1.540)	(1.336)	-	(7.505)
Baixas	43	229	335	-	607
Em 31/12/23	(48.181)	(7.525)	(7.914)	-	(63.620)
Despesa de depreciação no exercício	(5.178)	(2.045)	(1.729)	-	(8.952)
Baixas	185	570	547	-	1.302
Em 31/12/24	(53.174)	(9.000)	(9.096)	-	(71.270)

Valor residual líquido:

Em 31/12/24	14.501	5.886	5.101	2.406	27.894
Em 31/12/23	18.641	6.032	5.389	746	30.808

9. Impairment de ativos não financeiros: A Administração analisou o valor de determinado junto com as principais premissas financeiras e operacionais utilizadas na preparação dessas DFs, findo em 31/12/24 não identificando a necessidade de registrar ajustes. A determinação do valor recuperável dos ativos requer o uso de premissas e julgamentos da Administração. O cálculo do valor em uso utiliza projeções de fluxos de caixa baseadas em orçamentos aprovados pela Administração cobrindo um período até 2027 (ano de término do contrato de arrendamento).

10. Arrendamento mercantil: (i) **Ativo de direito de uso:** A Cia. é cessionária do Belmont Hotel das Cataratas localizado dentro do Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR), o prazo do arrendamento é de 20 anos, não renováveis, a contar da data de assinatura do contrato de 25/09/07. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, o índice utilizado é o IGP-M. As informações sobre arrendamentos para os quais a Cia. é o arrendatário são apresentadas abaixo.

	200.914
Em 31/12/22	200.914
Adições	(4.080)
Em 31/12/23	196.834
Adições	2.567
Em 31/12/24	199.401

Amortização:

Em 31/12/22	(76.047)
Despesa de amortização do exercício	(26.269)
Em 31/12/23	(102.316)
Despesa de amortização do exercício	(25.439)
Em 31/12/24	(127.755)

Valor residual líquido em 31/12/24 71.646
Valor residual líquido em 31/12/23 69.079

(i) **Passivo de arrendamentos:** Na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Cia. reconheceu o passivo de pagamentos de alugueis para o contrato vigente e que anteriormente estava classificado como "arrendamento operacional" segundo os princípios do CPC 06 (R2) / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pela Cia.. O passivo de arrendamento em 31/12/24 corresponde ao saldo a pagar remanescente do contrato de arrendamento, mensurados à valor presente pela taxa de desconto.

Demonstramos abaixo a movimentação dos pagamentos no período:

Saldo final em 31/12/22	139.014
Adições no exercício	(4.080)
Baixa dos passivos de arrendamento	(34.632)
Apropriação de juros no exercício	9.355
Saldo final em 31/12/23	109.657
Adições no exercício	2.567
Baixa dos passivos de arrendamento	(33.707)
Apropriação de juros no exercício	7.524
Saldo final em 31/12/24	86.041

Demonstramos abaixo o saldo dos arrendamentos a pagar em 31/12/24:

	2024
Arrendamento a pagar em 31 de dezembro	101.017
Ajuste a valor presente - AVP	(14.976)
Total de passivo de arrendamento	86.041

Ativo não circulante: Não circulante. Os montantes de passivos de arrendamentos não circulantes possuem os vencimentos originais em 31/12/24.

Aging list

	2024	(-) AVP de arrendamento	Passivos de arrendamento	Total
Até 1 ano	35.653	(8.432)	27.221	27.221
Após 1 ano, mas menos de 5 anos	65.364	(6.544)	58.820	58.820
Total	101.017	(14.976)	86.041	86.041

11. Salários e encargos sociais

2024	2023
Obrigações sociais	3.306 3.047
Encargos sociais	1.026 915
Salários	329 542
Outras obrigações sociais	853 709
Total	5.614 5.213

12. Impostos a recolher

2024	2023
Municipais	781 649
Federais	957 601
Estaduais	114 93
Total	1.852 1.343

13. Receita diferida

2024	2023
Circulante	
Hospedagem (i)	8.694 3.117
Eventos	772 3.078
Outros adiantamentos	615 712
Total	10.081 6.907

14. Provisões para contingências: A Cia. está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas. A Cia. classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados. A Administração da Cia. acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas DFs., a provisão para riscos tributários, cíveis, comerciais e outros, bem como para riscos trabalhistas, constituída de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir: O saldo da provisão de acordo com os processos é apresentado conforme abaixo: A movimentação no saldo de provisões para contingências dos exercícios de 2024 e 2023 avaliadas como perdas prováveis é apresentada da seguinte forma:

	2023	Adições	Resgates	2024
Natureza jurídica				
Fiscal (i)	-	6.111	-	6.111
Trabalhistas	1.308	580	(1.124)	764
Total	1.308	6.691	(1.124)	6.875

A movimentação no saldo de depósitos judiciais remanescentes é apresentada da seguinte forma:

	2023	Adições	Resgates	2024
Trabalhistas	0	394	(150)	244
Total	0	394	(150)	244

(i) **Processos de natureza tributária:** A Cia., para o ano de 2024, constituiu provisão para processos referentes a autuações tributárias de natureza federal em 2019 referente a glosa à exclusão dos serviços de hotelaria prestados a pessoas físicas e jurídicas, residentes ou domiciliadas no exterior na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), que na avaliação dos administradores e advogados da Cia. representam um risco de perda provável, estes processos em 31/12/24 representam o valor de R\$ 6.111.

15. Outras provisões

2024	2023
Provisão ref. ao contrato de arrendamento	124.726 108.983

A Cia. requereu a revisão administrativa do contrato de arrendamento do Hotel das Cataratas para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Em 8/12/08, a Secretaria de Patrimônio da União deferiu o pedido administrativo de suspensão dos reajustes do aluguel no curso do processo administrativo referente ao pedido de revisão do contrato de arrendamento, porém após o julgamento administrativo do processo, negou o pedido de revisão e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) providenciou a cobrança da diferença entre o valor pago e o valor que entende devido. Após a decisão administrativa, em 5/10/14, a Cia. retomou o pagamento dos alugueis com os reajustes atualizados, mas não pagou a diferença de aluguel referente ao período de suspensão por conta do entendimento de seus advogados que tal diferença não é exigível na pendência do recurso interposto contra a decisão da SPU negando a revisão do contrato de arrendamento. A Cia., por sua vez, provisionou esta diferença de aluguel, desde a data em que a suspensão do reajuste foi deferida até a data em que foi revogada. A Cia. ajuizou ação revisional de aluguel perante a 03ª Vara Federal de Curitiba, PR, cujo juízo concedeu liminar determinando a redução do valor do aluguel bem como a suspensão da cobrança da diferença de aluguel verificada durante o transcurso do pedido administrativo e a proibição de inscrição no cadastro de devedores da União Federal, na forma da decisão judicial. Em abril de 2020, a Cia. requereu ao juízo a inclusão dos efeitos da pandemia no rol de pedidos da demanda judicial, e em decisão proferida em junho de 2020 o juízo reconheceu a situação causada pela pandemia do Coronavírus como uma situação prevista no Art. 493 do Código de Processo Civil e portanto, permitindo a inclusão de nova causa de pedir e novo pedido na ação revisional de aluguel para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. A Cia. protocolou petição requerendo que os valores que deixaram de ser pagos durante o período da excepcionalidade da pandemia e com fundamento em decisão judicial, componham os cálculos a serem realizados pela pericia para fins de integração a equação de reequilíbrio do contrato, requerendo também provas adicionais. A União Federal apresentou Embargos de Declaração, sustentando a existência de erro material na decisão. Embargos que foram impugnados por Belmont, ressaltando serem os mesmos intempestivos e não apontarem vício da decisão, suficiente para sua reforma. Entretanto, os Embargos de Declaração foram providos, de modo a entender-se pela não inclusão da pandemia de Covid-19 no feito, cabendo demanda própria para tanto, caso deseje a parte. Dessa decisão foram opostos novos Embargos de Declaração, desta vez pela Cia., os quais foram rejeitados. Foi, então, interposto Agravo de Instrumento ao TRF da 4ª Região, recurso que recebeu parcial efeito suspensivo, de modo suspender os trabalhos da pericia judicial, até o julgamento do mérito do recurso, o que ainda não ocorreu. Ocorre que, em razão do longo decurso de tempo entre a inclusão dos efeitos da Pandemia da COVID19, a decisão liminar favorável, a decisão em embargos de declaração que a revogou e o julgamento do Agravo de Instrumento no TRF4, e a ausência de uma decisão definitiva sobre o assunto, a Cia. optou por requerer a retomada do processo originário para a realização da pericia judicial para a apuração do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato supra. No final de 2024 a pericia judicial foi realizada pela FIPE, Instituição designada pelo juízo da 3ª Vara Federal de Curitiba, PR. O laudo pericial foi anexado ao processo, a Cia. apresentou sua impugnação ao mesmo em 12/06/25, estando o processo concluso com o juízo para despacho, manifestação do perito judicial sobre os questionamentos da Cia. para posterior decisão da primeira instância da Justiça Federal. **16. Partes relacionadas: Ativo circulante: Contas a receber - Partes relacionadas**

	2024	2023
Ativo circulante		
Belmond Management Ltd.	154	93
Belmond Serviços Hoteleiros S.A.	-	35
Signature Boutique Ltda.	-	35
Total	154	163

Ativo não circulante: Contas a receber - Partes relacionadas

	2024	2023
Ativo não circulante		
Robisi Empreendimentos e Participações S.A.	3.782	3.655

Se referem a despesas pagas pela Cia. para a parte relacionada que serão reembolsadas pelo valor de custo sem data de vencimento prevista.

Passivo circulante: Fornecedores - Partes relacionadas

	2024	2023
Passivo circulante		
Iguassu Experiences Agência de Turismo Ltda.	788	44
Signature Boutique Ltda.	4	-
Total	792	44

Mútuos - Partes relacionadas

	2024	2023
Passivo circulante		
Belmond Dollar Treasury Ltd. (i)	-	2.660

Passivo não circulante: Mútuos - Partes relacionadas

	2024	2023
Passivo não circulante		
Belmond Dollar Treasury Ltd. (i)	-	919

(i) Se refere a contratos firmados junto a parte relacionada em 3/07/17 e 5/08/20, em moeda estrangeira (dólar americano) registrado pela moeda original e convertido pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço. Os vencimentos dos contratos ocorrem em 31/07/22 e 05/08/27. O contrato de 2017 teve sua taxa de juros em 2019 de LIBOR + 3,5% porém foi alterado em 2020, ambos foram atualizados pela LIBOR + SPREAD de 0,75%. Os saldos dos juros foram quitados em 29/01/24. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Em 31/12/24, foram considerados como pessoal-chave da Administração os diretores gerais. A remuneração paga foi de R\$ 994 (2023 - R\$ 745). Os benefícios de curto prazo incluem salários, férias, prêmio, encargos sociais e benefícios indiretos que incluem alimentação, assistência médica, entre outros. **17. Passivo a descoberto: 17.1. Capital social:** Em 31/12/24, o capital social era de R\$ 10.952 (R\$ 10.952 em 31/12/23), composto de 2.000 ações ordinárias sem valor nominal (2.000 ações ordinárias em 31/12/24).

Participação societária - Ações

	2024	2023
Participação		
% Quantidade	% Quantidade	% Quantidade
Belmond Interfin Ltd.	99,99 1.999	99,99 1.999
Belmond Brasil Serv.	-	-
Hoteleiros S/A	0,01 1	0,01 1